

WASHINGTON NOVAES

Entre esperanças e ameaças

O recente lançamento do satélite norte-americano Gaia, de observação da Terra, fez crescer entre os cientistas a esperança de que em breve possam dispor de mais informações decisivas para entender com segurança os atuais mecanismos de elevação da temperatura do planeta



As geleiras do Himalaia e países insulares correm o risco de desaparecer

e de produção das mudanças climáticas. Com seus sensores capazes de a cada dois dias fornecer dados sobre todos os pontos dos oceanos, continentes e baixa atmosfera (nível de poluição), além da radiação solar refletida, o satélite fará avançar mais rapidamente os modelos científicos encarregados dessa avaliação crucial.

Isso acontece no momento em que os europeus já se assustam com a notícia de que o chamado efeito estufa pode estar contribuindo para a redução da temperatura no continente, com as perturbações nas correntes marítimas. Ou com as informações de que em 40 anos as geleiras do Himalaia poderão ter desaparecido.

Outra razão para desassossego está na confirmação de que a década de 90 foi a mais quente do milênio e de que não há dúvida quanto à responsabilidade das ações humanas pelo aquecimento – contida na versão preliminar do novo relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, que já está circulando para receber observações dos cientistas.

Outra ainda no estudo do renomado Hadley Centre, da Inglaterra, advertindo para o fato de que o simples plantio de florestas pode não levar a um balanço positivo

no sequestro de carbono da atmosfera – uma das esperanças de redução nos níveis de poluentes e um dos formatos em que se deposita mais confiança, no âmbito do chamado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, aprovado pelo Protocolo de Kyoto. No Brasil mesmo já se preparam vários projetos desse ti-

po, que poderiam obter financiamentos dos países industrializados; em troca, estes poderiam abater de suas emissões de poluentes o volume de carbono sequestrado.

Segundo os cientistas do Hadley, se houver alterações no clima da região do plantio (por causa de desmatamento, mudanças no uso da terra, etc.), o sequestro do carbono pode não ocorrer ou ser inferior ao nível liberado. Para o Brasil também é relevante a advertência de que, se o desmatamento na Amazônia provocar redução no nível de chuvas, o nível de carbono “estocado” nas árvores pode diminuir muito. E naquela região, a ciência já sabe, não é apenas a massa vinda do oceano a responsável pela precipitação; grande parte é produto da própria evapotranspiração da floresta – que se reduz com o desmatamento. Mesmo a fumaça de queimadas pode levar à redução de chuvas, demonstraram estudos da Universidade Hebraica, de Jerusalém.

Da mesma forma, se se decidir plantar florestas em lugares inadequados para elas, em termos de clima ou bioma – por exemplo, castanheiras no cerrado –, o resultado provavelmente não será o desejado em termos de sequestro de carbono.

Isso estará em discussão

em duas reuniões técnicas no âmbito da Convenção sobre Mudanças Climáticas, em junho e outubro próximos – na esperança de que as regras completas para funcionamento do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo estejam prontas para ser aprovadas em novembro, na reunião das partes da convenção, em Haia, na Holanda.

Fora do âmbito diplomático, ainda há alguma controvérsia quanto aos efeitos de outro mecanismo aprovado em Kyoto, que permite aos países emissores de poluentes apresentar balanço conjunto de emissões com países que tenham reduzido as suas. Alguns analistas temem que esse mecanismo anule a principal conquista de Kyoto – o compromisso dos países industrializados de reduzir em 5,2% suas emissões até 2010, já que eles poderiam “comprar” direitos de países como a Rússia. Esta, como reduziu brutalmente sua atividade industrial desde 1990, teria hoje condições de “vender” os direitos de emitir 700 milhões de toneladas/ano de poluentes, pois teria baixado suas emissões, de 2,4 bilhões de toneladas/ano em 1990 (base do cálculo) para

1,7 bilhão em 1997, segundo a Agência Internacional de Energia (*Le Monde*, 7/11/99). Como os EUA terão de baixar as suas entre 900 milhões e 1 bilhão/ano, poderiam num acordo com a Rússia reduzir fortemente seu compromisso. Cientistas brasileiros, entretanto, acham que “não existe tanta folga assim”, capaz de anular os compromissos dos EUA e de outros países.

De qualquer forma, nem os EUA nem a imensa maioria dos países sequer ratificaram ainda o Protocolo de Kyoto (inclusive o Brasil). E, sem que as nações responsáveis por 55% das emissões o tenham feito, ele não entrará em vigor. Há esperanças de que os EUA o ratifiquem antes das eleições deste ano, com a garantia dada pelo governo Clinton às empresas norte-americanas de que o custo da redução não ultrapassará determinado nível. E com a tentativa de convencer o Senado – onde está a principal oposição – de que o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo já assegura a participação de países como China, Índia e Brasil nas reduções – como exige a maioria dos senadores para ratificar o protocolo.

É um complexo jogo econômico e diplomático, apesar das advertências dos cientistas. Inclusive a do Hadley Centre, de que as florestas tropicais como a amazônica desaparecerão até o século 22 se o nível de dióxido de carbono na atmosfera subir mais 50%. Qualquer que seja o nível das emissões, entretanto, os oceanos deverão elevar seu nível. Se a elevação chegar a 2 metros, levará ao desaparecimento de países insulares (Ilhas Maldivas, por exemplo) e à inundação de vastas áreas costeiras.

Deveria ser o suficiente para nos levar a ter mais juízo e mais pressa. Mas não é.

